



## Oposição recorre ao STF para impedir definição do salário mínimo por decreto presidencial

Três partidos de oposição entraram nesta terça-feira (1º) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, com pedido de liminar, contra a lei que delega ao Palácio do Planalto a prerrogativa de definir o salário mínimo por meio de decreto presidencial. A Adin foi entregue ao presidente do STF, ministro Cezar Peluso, pelos líderes do PSDB na Câmara e no Senado, **Duarte Nogueira (SP)** e **Alvaro Dias (PR)**, respectivamente; do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), pelo deputado Moreira Mendes (PPS-RO), e por outros parlamentares das legendas de oposição.

Para o líder tucano na Câmara, a ação tem o objetivo de preservar a Constituição, pois o texto determina expressamente em seu artigo 7º que o piso salarial deve ser fixado por lei. De acordo com o texto da Adin, esse dispositivo joga por terra qualquer dúvida sobre a inconstitucionalidade da nova lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff na última sexta-feira (25).

“Queremos que a Constituição seja preservada, pois nela é afirmado que o aumento será anual e feito por lei. Além da ação de inconstitucionalidade, pedimos a liminar para que o Poder Judiciário por

meio do Supremo não permita esse atropelo da Constituição brasileira”, declarou Duarte Nogueira.

Alvaro Dias ressaltou que com o ato a oposição procura evitar um golpe contra a Constituição e impedir uma usurpação legislativa das funções do Congresso. “Precisamos reagir contra essa tentativa de transformar o Parlamento em uma espécie de almoxarifado a serviço do Executivo. Esperamos uma deliberação rápida sobre o assunto. Do nosso ponto de vista a inconstitucionalidade é clara”, ponderou.

De acordo com o documento, verifica-se uma indisfarçada delegação de poderes à Presidente da República, para que o Poder Executivo possa deter a prerrogativa de fixar, com exclusividade, o valor do salário mínimo. Por consequência, o Congresso não poderá se manifestar sobre o assunto entre os anos de 2012 e 2015.

O líder da Minoria na Câmara, deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**, disse que a oposição não pode permitir que um tema como esse seja tratado por decreto. “Estamos aqui pedindo que o Supremo nos dê de volta essa prerrogativa”, destacou. Também estiveram no STF os deputados **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**, vice-líder da Minoria, **Bruno Araújo (PE)** e **Vanderlei Macris (SP)**. @

*Para o líder tucano na Câmara, a ação tem o objetivo de preservar a Constituição*

### **PSDB indica Bruno Araújo e Carlos Alberto Leréia para presidir comissões na Câmara**

Os deputados **Bruno Araújo (PE)** e **Carlos Alberto Leréia (GO)** foram indicados pelo PSDB nesta terça-feira (1º) para a presidência das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, respectivamente. A escolha dos parlamentares que comandarão as 20 comissões permanentes da Casa ocorrerá nesta quarta-feira (2).

Caso seu nome seja confirmado, Araújo pretende priorizar a discussão de assuntos como a democratização do acesso à internet banda larga em todo o país e a renovação de concessões de TVs e rádios. De acordo com Araújo, o principal desafio da comissão é garantir a liberdade de expressão no Brasil. “É preciso evitar qualquer tentativa do governo de enfrentar a liberdade de imprensa, algo consagrado na nossa tradição”, defendeu.

Para o deputado goiano, o colegiado deve dar atenção especial aos brasileiros que vivem fora do país. Levantamento feito pelo Ministério das Relações Exteriores mostra que hoje mais de 3 milhões de brasileiros (1,57% da população) migraram para todos os continentes do planeta. A cada três brasileiros no exterior dois estão irregulares.

“Nós temos um número significativo de brasileiros que moram em outros países e muitos estão esquecidos. A comissão pode fazer esse papel de apoiá-los”, afirmou.

Leréia criticou ainda a política internacional adotada no governo Lula. “Espero que os erros cometidos no governo anterior não se repitam e que a presidente Dilma possa ter um outro meio de se relacionar com essas ditaduras. O presidente Lula não teve esse cuidado”, declarou o deputado. @

## Corte bilionário em programa habitacional contraria discurso de Dilma, criticam tucanos

Deputados do PSDB criticaram nesta terça-feira (1º) a contradição entre o discurso e a prática do governo em relação ao contingenciamento de recursos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desde a campanha de 2010 até a última semana, a presidente Dilma Rousseff afirmou repetidas vezes que não haveria redução de recursos no principal projeto de infraestrutura da administração federal, do qual também faz parte o programa Minha Casa, Minha Vida. Mas, ao contrário do alardeado, o Executivo anunciou na última segunda-feira (28) um corte de 40% na dotação da ação habitacional no valor total de R\$ 5 bilhões. A decisão deve comprometer a promessa feita na eleição pela presidente de construir 2 milhões de casas populares.

“É temerária essa ação do governo pós-eleição de não honrar os compromissos estabelecidos na campanha, sobretudo com a população mais simples”, criticou o deputado

**Luiz Fernando Machado (SP)**: “Estamos diante de um nítido estelionato eleitoral. Se tivesse responsabilidade, a presidente teria falado ao povo brasileiro das dificuldades que o país enfrenta e da necessidade de se reduzir os investimentos. Mas ela fez o contrário. E agora veio, com uma navalha afiada, cortar uma série de dotações orçamentárias importantes para o Brasil”, completou o deputado **Otávio Leite (RJ)**.

Para os tucanos, essa redução nos recursos do Minha Casa, Minha Vida irá prejudicar a população que criou uma expectativa em torno da possibilidade de adquirir a casa própria. Da primeira fase do projeto, na qual se pretendia construir 1 milhão de moradias, apenas 28% da meta foi cumprida. De acordo com os parlamentares, esse ajuste fiscal, também descartado desde a campanha por Lula e por ministros que continuam na Esplanada, só é necessário devido à ganância desenfreada promovida na gestão do ex-presidente petista. @

### Dá para confiar?

“Nós não vamos contingenciar o PAC. Vou repetir isso três vezes e quantas vezes for necessário.”

Presidente Dilma Rousseff (27/01/2011)

## Planalto deve articular ações com estados e municípios para reduzir violência entre os jovens, defendem deputados

Os deputados **João Campos (GO)** e **Fernando Francischini (PR)** defenderam nesta terça-feira (1º) que o governo federal crie ações conjuntas com os estados e municípios para combater a violência entre os jovens brasileiros. Segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 38% dos adolescentes do Brasil vivem em situação de pobreza e são o grupo etário mais vulnerável ao desemprego, à violência e à degradação ambiental. O documento da Unicef destaca que 81 mil jovens entre 15 e 19 anos foram assassinados entre 1998 e 2008. Com estes números, o Brasil é o primeiro lugar no ranking mundial de homicídios de adolescentes

Para João Campos, a ausência de políticas públicas e a falta de compromisso do Planalto com o tema acabam levando os jovens para o uso de drogas e ao desemprego. “É preciso que essas políticas se comuniquem entre

si e sejam articuladas com os estados e municípios para que tenham o resultado desejado”, avaliou.

Os tucanos também lamentaram o descaso do Executivo com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Recentemente o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou graves irregularidades no programa, como o pagamento a beneficiários que não se enquadram nos critérios de seleção e benefícios duplicados a bolsistas.

De acordo com Francischini, o governo federal precisa traçar um plano de enfrentamento de combate às drogas e investir em campanhas esclarecedoras sobre os males dessas substâncias. O tucano também acredita que a presidente Dilma precisa adotar experiências que deram certo nos estados e municípios e liberar mais recursos para a recuperação de dependentes químicos. “As drogas estão devastando a nossa juventude”, lamentou. @

### 81 mil

Jovens entre 15 e 19 anos foram assassinados entre 1998 e 2008. O número coloca o Brasil no primeiro lugar do ranking mundial de homicídios de adolescentes

### Leia também em nosso blog:

- Reajuste do Bolsa Família é para desviar atenção, diz Duarte Nogueira
- Comissão Especial da Reforma Política na Câmara terá cinco deputados do PSDB
- Reforma política: Marisa Serrano propõe fim das eleições proporcionais
- Imbassahy condena loteamento político do setor elétrico no governo federal
- Direto do Plenário, com o deputado Otávio Leite (RJ) e o senador Alvaro Dias (PR)
- Direto do Twitter, com os deputados Marcus Pestana (MG), Otávio Leite (RJ) e Luiz Carlos (AP) e os senadores Aloysio Nunes Ferreira (SP), Lúcia Vânia (GO) e Flexa Ribeiro (PA)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>